



**Dr. João António da Costa Mira Gomes**

Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA DEFESA NACIONAL E DOS ASSUNTOS DO MAR NA ABERTURA  
DO SEMINÁRIO “BIOTERRORISMO E BIOSSEGURANÇA –  
DESAFIOS PARA PORTUGAL”**

Lisboa, 22 de Abril de 2009

*Apenas o texto proferido faz fé  
Check Against Delivery  
Seul le texte prononcé fait foi  
Es gilt das gesprochene Wort*

**Abertura do Seminário**  
**“Bioterrorismo e Biossegurança – Desafios para Portugal”**

**Instituto de Estudos Superiores Militares**

**Lisboa, 22 de Abril de 2009**

Senhor Secretário de Estado da Saúde,

Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército,

Senhor Presidente da Academia das Ciências de Lisboa,

Senhor Director do Instituto de Estudos Superiores Militares,

Senhores Oficiais Gerais,

Minhas Senhores e Meus Senhores,

A queda do Muro de Berlim, em 1989, enterrou uma ameaça antiga, herdada da Guerra Fria. Doze anos mais tarde, uma outra queda – a das Torres Gémeas, em Nova Iorque – revelou uma ameaça nova, produto da actual era da globalização: o terrorismo global.

Pelo menos desde o dia 11 de Setembro de 2001, sabemos que “terrorismo” é uma palavra de ordem da nova ordem internacional. Do equilíbrio pelo terror passámos ao terror pelo desequilíbrio. Os Estados já não se confrontam apenas entre si, mas são também

desafiados por ameaças assimétricas. Os seus novos inimigos não conhecem fronteiras. E destes inimigos não conhecemos o rosto.

O 11 de Setembro constituiu um ponto de viragem na abordagem do terrorismo, porque tornou visível a mudança do seu paradigma.

- de meios convencionais a meios variáveis: os terroristas recorrem desde engenhos explosivos a aviões comerciais, sendo sistemático o recurso a atentados suicidas, que revela a elevada disponibilidade dos terroristas para a própria morte. E não será de excluir que possam recorrer no futuro a outros meios não-convencionais, como armas e materiais biológicos.

- de fenómeno nacional a fenómeno transnacional: o terrorismo não se confina às tradicionais fronteiras políticas. Este aspecto é particularmente visível na problemática do bioterrorismo, que hoje nos traz aqui. Um atentado com agentes biológicos letais num Estado pode ter um impacto económico e social considerável nos seus Estados vizinhos;

- de alvo selectivo a alvo indiscriminado: a população civil e, em especial, os grandes aglomerados urbanos são os alvos preferenciais dos atentados terroristas, pelo elevado número de vítimas que podem gerar num espaço geográfico limitado. Referi há pouco o atentado de Nova Iorque, mas poderia ter mencionado igualmente os de Madrid, Londres, Istambul, Casablanca ou Bombaim. Pelos seus efeitos na saúde pública e na cadeia alimentar, a população civil é especialmente vulnerável ao bioterrorismo;

- de estrutura hierárquica a estrutura difusa: uma organização em rede beneficia mais facilmente do apoio dos “Estados párias”, bem como da criminalidade organizada internacional. A Al-Qaeda não é certamente a única organização terrorista, mas o seu nome (à letra, a Rede) diz muito da sua estrutura;

A alteração da base geográfica e da estrutura das organizações terroristas, bem como a mudança dos alvos visados e a variedade dos meios utilizados configuram, assim, um novo tipo de ameaça.

Estamos, portanto, perante um “inimigo sem rosto”, perante uma ameaça desterritorializada, baseada num equipamento em geral desmilitarizado e utilizado de forma não colectiva, mas individual.

A transformação da ameaça obriga à adequação da resposta. A nossa resposta deve, pois, ser mais integrada e mais concertada.

Se o terrorismo tem um carácter global, a nossa reacção deve ser igualmente global. Numa altura em que se regista uma maior abertura de fronteiras, deslocações cada vez mais frequentes, bem como novas dinâmicas nos fluxos de migração, as epidemias são uma fonte de inquietação crescente. Essa inquietação é acentuada com o desenvolvimento mundial da indústria biotecnológica e o risco de eventual utilização indevida das descobertas científicas.

Face ao grau de imprevisibilidade do bioterrorismo e aos seus efeitos sobre a sociedade e a economia, é imprescindível o reforço da cooperação externa, aos níveis bilateral, regional e multilateral, com outros países e com os organismos internacionais pertinentes.

As questões do bioterrorismo e da biossegurança tem sido objecto de crescente atenção nas várias organizações internacionais de que Portugal faz parte, designadamente ONU, NATO, UE e OSCE. Também a CPLP, tendo em conta a sua base intercontinental e a evolução que tem registado no domínio da segurança e defesa, poderá desempenhar um papel importante na prevenção desta ameaça e na preparação de uma resposta que se pretende global.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não é apenas ao nível externo que se impõe uma coordenação. Também ao nível interno a coordenação é da maior importância. E essa coordenação interna não implica apenas a conjugação de esforços entre os vários serviços responsáveis pela segurança das populações, mas também o envolvimento de outros sectores.

Neste contexto assumem particular relevância, pelo menos, três sectores: desde logo, o sector científico-tecnológico, em virtude das novas formas de terrorismo; o sector jurídico, face à necessidade de adaptar os instrumentos legais a este combate; e o sector financeiro, tendo em conta as ligações do terrorismo a outras

formas de criminalidade organizada, algumas das quais visando o respectivo financiamento, como, por exemplo, o tráfico de droga.

A necessidade de uma abordagem mais integrada, ao nível interno, e uma acção mais concertada, ao nível externo, levanta a questão da articulação entre as dimensões interna e externa da segurança.

Na luta contra o terrorismo, tem cabido à segurança interna o papel central e à segurança externa um papel de complementaridade, de reforço dos meios, de apoio à prevenção e à resposta imediata a uma acção concreta. Porém, ao assumir contornos de conflito internacional, o terrorismo deixou de ser encarado como um problema estritamente de ordem interna, da responsabilidade das forças de segurança nacionais, passando a requerer uma acção externa e, por conseguinte, uma intervenção das Forças Armadas, enquanto ameaça transnacional.

As Forças Armadas Portuguesas têm acumulado experiência no domínio das ameaças nucleares, biológicas e químicas. Estas competências acumuladas, bem como as capacidades que vêm

sendo desenvolvidas, habilitam as nossas Forças Armadas a assumir um papel decisivo na resposta nacional ao bioterrorismo.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A segurança não é só um direito fundamental dos cidadãos. Ela é também uma condição para o exercício dos seus restantes direitos.

Falei de respostas e de reacções. Mas neste, como em tantos outros casos, é proverbial a sabedoria popular: “Mais vale prevenir do que remediar”. Com vista ao reforço da prontidão e à elaboração de planos de contingência, é fundamental a contínua investigação desta problemática, bem como um debate aprofundado com a participação de todos os sectores envolvidos, públicos e privados.

Foi, por isso, com muita satisfação que tomei conhecimento deste seminário. E foi com igual satisfação que aceitei o convite para participar na sua sessão de abertura. Terminaria com três palavras:

Uma palavra de agradecimento ao Senhor Director do Instituto de Estudos Superiores Militares e ao Senhor Presidente da Academia

das Ciências de Lisboa pelo convite para estar hoje aqui presente, a que acrescento igual agradecimento pela disponibilidade do Senhor Secretário de Estado da Saúde. Uma palavra ainda para os felicitar pela iniciativa que em boa hora tiveram de organizar este seminário. E, finalmente, uma palavra para desejar a todos os que nele participam um trabalho profícuo.

Muito obrigado.